

Quércia acha intermediação fato normal

"Acho que o Presidente deve tratar a todos igualmente", disse ontem o governador de São Paulo, Orestes Quércia, ao comentar as denúncias de apadrinhamento da família Sarney relativas a pedidos de recursos de prefeitos, governadores e políticos junto à Secretaria de Planejamento.

Quércia, que veio a Brasília pedir ao presidente José Sarney C\$ 12 bilhões para o programa "Jornada Única" nas escolas de 1º e 2º graus de São Paulo, defendeu o comportamento da família Sarney no caso da Seplan. "Não vejo nenhum mal nisso", disse, especialmente em defesa de D. Marly Sarney, acusada de interceder na liberação de verbas.

Mandato

O governador de São Paulo defendeu também o mandato de quatro anos para o Presidente da República, com direito à reeleição, como a fórmula mais adequada para um regime presidencialista no Brasil.

Orestes Quércia, que já advogou o mandato de cinco anos para Sarney, evitou ontem prolongar a conversa sobre o assunto. Ele disse que sobre a questão do mandato presidencial "quem deve decidir é a Constituinte".

Quércia afirmou que essa não é apenas uma posição sua, mas da própria convenção do PMDB. No seu entender, a questão crucial não é mais o tempo de mandato do Presidente da República, mas a definição, logo, do novo texto constitucional, "porque uma demora vem prejudicando os investimentos", declarou.

Jornada Única

Na quinta-feira que se segue ao período de Carnaval, o governador de São Paulo estará novamente em Brasília, segundo informou, para concretizar, junto aos Ministérios da Educação e da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, o pedido de ajuda feito ontem, com êxito, ao presidente Sarney, relativo ao programa Jornada Única, que beneficia com seis horas de permanência, nas 4.700 escolas de São Paulo, com direito à alimentação, a 1.500 milhão de estudantes de 1º e 2º graus.

Quércia disse que seu programa será reforçado ainda com recursos da ordem de US\$ 300 milhões do Banco Mundial. Segundo o governador, para a sua concretização deverão ser contratados cerca de 50 mil professores, serventes e assistentes nas escolas paulistas. De imediato, informou, estão sendo contratados cerca de 10 mil professores.

Neilo Rodrigues



Daso: desculpas

Declarações de Daso não são apuradas

A Assembleia Nacional Constituinte rejeitou ontem por falta de quorum — os integrantes do Centrão se retiraram do plenário — requerimento para apurar as declarações do deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ) a seis jornalistas, segundo as quais vários parlamentares centristas, em cada votação importante da Constituinte, exigiam favores «de empresários e do Governo». Disse ainda o parlamentar que se revelasse o que sabia e que tinha gravado seria um homem morto.

O pedido de requerimento foi motivado porque Daso desmentiu as declarações. O Comitê de Imprensa da Câmara dos Deputados emitiu uma nota defendendo os seis jornalistas e reafirmando a entrevista de Daso Coimbra. A sessão, convocada extraordinariamente pelo presidente da Assembleia, deputado Ulysses Guimarães, às 21h00, foi tensa, com parlamentares centristas não querendo apurar o assunto e progressistas pedindo que fosse criada a comissão para determinar a verdade num prazo de dez dias.

O principal ponto de defesa de Daso Coimbra num pronunciamento foi dizer que «figuras de retórica» foram tomadas como «afirmações formais, em conversas meramente formais». Segundo o parlamentar, no seu discurso, «o que se publicou na imprensa, naquilo que ofendeu a alguns colegas nesta casa, merece de minha parte as necessárias desculpas, sem que se omita o fato de, não raro, termos, nós, homens públicos, nossas palavras interpretadas de forma errada».

Na sua nota, o Comitê de Imprensa da Câmara diz que os seis jornalistas reafirmam o que o deputado Daso Coimbra revelou, repetindo várias vezes «que se revelasse o que sabia seria morto». A nota afirma ainda que, em momento algum o deputado pediu reserva para suas declarações.



O governador de S. Paulo defende 4 anos, com reeleição

Reação de Sarney a acusações provoca boatos no Congresso

O presidente José Sarney, num desabafo, declarou ontem que não aceitaria mais a campanha da imprensa contra a probidade de seu Governo e de sua família. Teria que tomar uma decisão. Para vários parlamentares, a decisão seria o gesto extremo de renúncia ao Governo. A notícia foi distribuída no final da noite pela Agência Estado, para quem os rumores circularam durante toda a tarde, discretamente, entre constituintes do PMDB, do PFL e do PDS.

"Isso não tem o menor fundamento", garantiu o líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna, referindo-se às notícias de que o Presidente da República teria pensado em renunciar. De acordo com a Agência Estado, o deputado teria acrescentado: "Não sei a que ponto chegou a reação do Presidente, mas a notícia da Folha de S. Paulo foi profundamente injusta. Pior do que os jornais marrons do passado recente".

(O jornal paulista publicou em sua edição de ontem, como manchete de primeira página, denúncia segundo a qual parente do presidente Sarney teria trabalhado na intermediação de liberação de recursos a fundo perdido da Seplan — fato que o matutino vem classificando como escandaloso).

O despacho da Agência Estado acrescenta que constituintes influentes, do PMDB, do PFL e do PDS, confirmaram ter recebido informações de que o presidente Sarney, profundamente irritado e sentindo-se perseguido, anunciara que não mais suportaria mais este tipo de campanha difamatória e que seria obrigado a tomar uma decisão. Segundo a Agência, um parlamentar classificado como "influente constituinte" comentou que se o Presidente chegasse a deixar o

Governo "seria um ato de enorme vingança contra todos nós". Outro parlamentar, conforme a AE, disse que se Sarney renunciasse as eleições seriam convocadas dentro de 30 dias.

A Agência Estado acrescenta que um dos responsáveis pelo trabalho de convencer Sarney a deixar de lado a ideia de renúncia teria sido o ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, e o ministro da Aeronáutica, Octávio Moreira Lima. Leônidas encontrou-se com Sarney na Base Aérea e Moreira Lima foi ao Planalto.

Deputados e senadores de vários partidos, quando consultados sobre o clima no Planalto, em consequência das notícias da imprensa envolvendo a família do chefe do Governo em denúncias de irregularidades na Seplan, reagiam da mesma forma.

Vários disseram que não acreditavam que Sarney pudesse chegar à renúncia. Dirigentes do PMDB informaram ainda que também o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, havia sido informado a respeito. Um dos amigos do presidente do PMDB observou, em tom dramático: "Se o episódio não tiver uma solução, o Aníbal Teixeira poderá ser o Gregório do Sarney", sempre de acordo com o despacho da Agência Estado.

A referência a Gregório Fortunato é trágica: em 1964 o então chefe da guarda pessoal de Getúlio Vargas ficou sendo apontado como responsável pelo mar de lama do Governo e de ter sido o mandante do atentado a Carlos Lacerda e pelo assassinato do major Lúcio Vaz, da FAB, fatos que culminaram no suicídio do Presidente, dia 24 de agosto daquele ano.

Centristas admitem "implosão" do grupo

O Centrão «implodiu». O verbo, usado pelo deputado paulista Manoel Moreira, do PMDB, reflete a constatação feita, com expressões mais atenuadas, por outros antigos integrantes do grupo, que viram nas declarações do deputado Daso Coimbra um fator de agravamento da crise vivida pelo Centrão. Dois outros fortes componentes dessa crise são a decisão de mais de 60 peemedebistas de se afastarem do grupo, rearticulando o Centro Democrático do PMDB, e o desligamento, também, do chamado grupo «evangélico», formado por 22 parlamentares de diferentes confissões protestantes.

Hoje, parlamentares que rearticulam o Centro Democrático entregarão ao presidente do PMDB e da Constituinte, Ulysses Guimarães, um manifesto em que expressam a intenção de se desvincularem de qualquer conotação conservadora e de qualquer movimento suprapartidário (uma referência indireta ao Centrão), ao mesmo tempo em que indicam Ulysses como a figura-símbolo do ideal de unidade partidária por eles proclamado.

O deputado cearense Ubiratan Aguiar acredita que o manifesto conterá pelo menos 61 assinaturas, poderá chegar a 65. Na sua opinião, o Centrão já vinha se desgastando e perdendo quadros há algum tempo porque muitos — entre os quais se inclui — entraram no movimento apenas para permitir a reforma do Regimento Interno da Constituinte.

Outro constituinte do Centro Democrático, deputado Expedito Machado, não escondeu que os

peemedebistas que participam do Centrão terão dificuldades para influenciar nos órgãos de direção do partido e para conquistar cargos que cabem ao PMDB nas comissões técnicas da Câmara.

Distância

O evangélico Manoel Moreira explicou que seus companheiros de fé estão se distanciando do Centrão por não se considerarem tão conservadores quanto a imagem que é atribuída ao grupo.

O deputado paulista Samir Achoa, também filiado ao Centrão, não concordou com o entendimento de que o grupo «implodiu», mas reconheceu que ele «está trincado» e, no momento, «abalado» pelas declarações do deputado Daso Coimbra, consideradas «desagradáveis» pelo deputado José Lins e reconhecidas como «fator de desgaste» pelo deputado Oscar Correia Filho, todos membros do Centrão.

Para o líder do Governo na Constituinte, Carlos Sant'Anna, um dos mentores do Centrão, o grupo «balança mas não cai», podendo ainda alcançar algumas vitórias nas futuras votações.

Outro influente articulador do Centrão, Ricardo Fiúza, procurou minimizar a crise vivida pelo grupo. Pedindo «caridade» dos reporteres em relação a Daso Coimbra, por ele considerado «um símbolo», Fiúza afirmou que o Centrão nunca foi um grupo orgânico, mas «um amálgama, um estado de espírito», uma definição algo contrastante com o cartaz básico do movimento, que define o Centrão como uma «obra de engenharia política».